

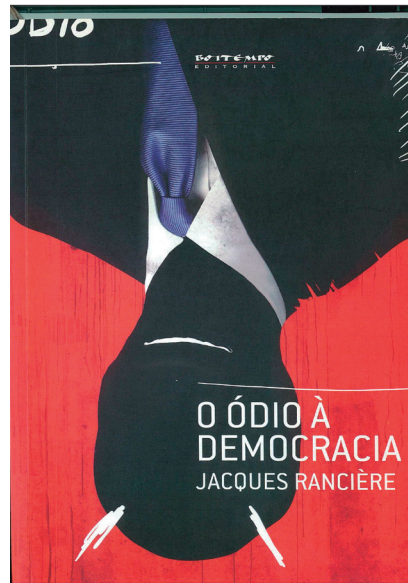
## O ódio à democracia, de Jacques Rancière

---

THAÍS KRISTOSCH IMPERATORI<sup>1</sup>

Jacques Rancière lançou o livro *O ódio à democracia* na França, em 2005. A edição brasileira foi publicada em 2014, contexto de questionamentos sobre os caminhos da democracia no Brasil e suas implicações políticas e sociais. O momento político foi privilegiado para a publicação, após as manifestações sociais de junho de 2013, em que milhares de pessoas foram às ruas expressar suas insatisfações e inquietudes com o governo.

O ponto de partida de Rancière considera que vivemos em sociedades que se denominam democráticas, em oposição a sociedades governadas por Estados sem lei ou por lei religiosa. Entretanto, o que significa vivermos em democracias? Quais os sentidos atribuídos à democracia e quais as resistências a ela? Quais as razões que geram o ódio à democracia?



---

1 Assistente social, especialista em Educação e Promoção da Saúde, mestre em Política Social e doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília.

O debate parte de uma análise histórica e crítica acerca da democracia e problematiza os dilemas contemporâneos acerca da viabilidade desse modo de vida social e político, para além de uma forma de Estado. O título *O ódio à democracia* já é instigante. Segundo o filósofo, “o ódio à democracia não é novidade” (p. 8), ao contrário, é tão antigo quanto a própria noção de democracia, isso porque coloca em xeque a ideia de que o poder seria destinado, de forma natural ou divina, ao governante. Ao permitir que qualquer um pode governar, e que tal autoridade advém do próprio povo, a democracia se mostra subversiva, desordenada e, em última instância, inviável.

Vários são os adversários da democracia, segundo o autor. Em meados do século XX, a democracia se opunha ao totalitarismo, expresso pela negação a direitos individuais e expressões coletivas como eleições livres e liberdade de expressão e associação. Com o fim da Guerra Fria e o desmoronamento do império soviético, há um novo discurso acerca da democracia. Contemporaneamente, ela é apresentada como “reino dos excessos” (p. 17), cabendo ao próprio governo democrático reprimi-la, uma vez que a partir dos espaços democráticos há o aumento das demandas e pressões sobre os governos, o declínio da autoridade governamental e a rebeldia dos grupos à disciplina e aos sacrifícios que atendam ao interesse comum.

Surge, portanto, um novo discurso antidemocrático que reconfigura o próprio conceito de democracia e a refunda a partir de um paradigma liberal livre dos “fantasmas revolucionários do corpo coletivo” (p. 24). Considerando que o conceito de totalitarismo não responderia mais à realidade social, a democracia se apresenta na oposição entre uma “boa democracia” relativa aos direitos humanos e às liberdades individuais e uma “má democracia”, igualitária e coletivista.

O desafio apontado na democracia contemporânea passa a ser a relação entre igualdade e liberdade, em uma sociedade que reforça ações individualistas e mercantilizadas. No lugar do cidadão está a figura do cliente, que reivindica acesso ao comércio e ao consumo para atender suas necessidades. Nesse sentido, a democracia pós-moderna se manifesta pela “única lei da individualidade consumidora” (p. 35). Constrói-se a figura do “consumidor democrático embriagado de igualdade” (p. 41). “A vida democrática torna-se a vida apolítica do consumidor” (p. 43).

Rancière critica a simplificação da democracia a sua manifestação representativa. Sob o argumento de que a democracia direta seria adequada apenas em cidades gregas antigas com pequenas populações, não sendo mais cabível para as sociedades modernas, as nações privilegiam a democracia representativa. Para o autor, “a representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia” (p. 70). Dessa forma, “a eleição não é em si uma forma democrática pela qual o povo faz ouvir sua voz” (p. 70). A democracia representativa camufla as lutas democráticas restringindo o espaço de participação a uma minoria, enquanto que o poder do povo está sempre aquém e além de uma forma jurídico-política.

As tendências dos governos tem sido estreitar a esfera pública, tornando-a um assunto privado e, portanto, restrito a grupos específicos. É um processo de privatização da coisa pública, que se manifesta complementarmente à restrição da própria democracia, em nome da “pureza da vida pública” (p. 80). A defesa do autor é pela ampliação da esfera pública, não no sentido de uma maior intervenção do Estado na sociedade, mas no reconhecimento da igualdade entre os sujeitos políticos.

O movimento democrático é, assim, um duplo movimento de transgressão dos limites, um movimento para estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum e, em particular, a todos que são governados pela ilimitação capitalista da riqueza, um movimento também para reafirmar o pertencimento dessa esfera pública incessantemente privatizada a todos e a qualquer um”. (p. 75).

Para Rancière, “o que chamamos de democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exato contrário” (p. 93). Na mesma direção, argumenta que “Não vivemos em democracias. (...) Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais”. (p. 94).

A ordem mais ampla da sociedade e da participação não garante igualdades, ao contrário, uma minoria mais forte assume o poder de forma legítima e tem o atributo de governar, sem distúrbios, uma maioria. Há um princípio de soberania popular que perpassa o processo democrático e torna o povo soberano uma ficção, uma vez que ele está

representado por outro. Se, por um lado, os governantes são legitimados pela escolha popular, por outro, o autor questiona a capacidade desses governantes de escolherem as soluções mais certas para os problemas da sociedade.

Vê-se um equilíbrio conflituoso sobre como se constitui a democracia e quais as suas perspectivas. Outro processo mencionado por Rancière é o uso da técnica para encontrar respostas para os problemas sociais, o que despolitiza o assunto público e o transfere para um debate de especialistas. É uma forma moderna de elitização das discussões sobre os rumos das políticas públicas, que excluem do processo de decisão os grupos sociais mais impactados pelas ações governamentais.

Em uma perspectiva liberal de Estado, que enfatiza o retorno da responsabilidade dos indivíduos pela sua subsistência e das iniciativas da sociedade civil para ações de assistência social, a democracia se expressa como inume aos interesses econômicos e financeiros. Ela torna-se um instrumento ideológico que despolitiza as relações sociais e públicas, transformando-as em fenômenos próprios da sociedade, negando as formas de dominação que a estruturam e criando a imagem de um homem democrático idealizado.

Para Rancière, neste cenário, a democracia se configura como um sistema de dominação ainda mais intenso, que reforça as desigualdades entre os indivíduos. Não se trata apenas de um uso ilegítimo do termo democracia, mas de um processo que desloca e inverte os seus sentidos. É pela busca de uma nova sociedade que a democracia desperta o ódio.

A democracia não é nem a forma de governo que permite à oligarquia reinar em nome do povo nem a forma de sociedade regulada pelo poder da mercadoria. Ela é a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida. Ela é a potência que, hoje mais do que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação (p. 121).

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.